



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 640217 - DF (2021/0013934-3)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO DISTRITO FEDERAL
LUÍS CLÁUDIO VAREJÃO DE FREITAS - DF009689
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E DOS
TERRITÓRIOS
PACIENTE : JOSE LEOMAR BARBOSA DE ARAUJO
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JOSE LEOMAR BARBOSA DE ARAUJO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO DISTRITO FEDERAL E TERRITÓRIOS (*Habeas Corpus* n. 0750728-37.2020.8.07.0000).

O paciente foi denunciado pela prática em tese da contravenção penal prevista no art. 21 do Decreto-lei n. 3.688/1941 e do crime previsto no art. 147 do Código Penal, no contexto de violência doméstica contra a mulher.

A impetrante sustenta a nulidade da citação promovida na ação penal de origem, realizada por meio do aplicativo *Whatsapp*, ao argumento de que essa forma eletrônica de comunicação não é prevista pela lei processual penal. Afirma que, no caso, foram contrariados os princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa.

Requer, liminarmente, a suspensão do processo de origem até o julgamento deste *writ*. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja declarada a nulidade da citação realizada por meio do referido aplicativo e determinada a renovação do ato processual a ser cumprido pessoalmente.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 19 de janeiro de 2021.

JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência